

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2006)

4º Trimestre de 2012 e Ano 2012

Economia portuguesa apresentou uma capacidade de financiamento de 0,4% em 2012

Em 2012, a economia portuguesa apresentou uma capacidade de financiamento de 0,4% do PIB (necessidade de financiamento de 5,6% em 2011). Esta evolução deveu-se em larga medida à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários.

A taxa de poupança das Famílias atingiu 11,6% em 2012 (9,1% em 2011), refletindo a redução de 3,7% da despesa de consumo superior à diminuição do rendimento disponível das Famílias (variação de -0,9% em 2012). A capacidade de financiamento das Famílias aumentou para 6,4% do PIB (superior em 2,3% do PIB comparativamente com 2011), devido sobretudo ao aumento da poupança corrente e à redução do investimento.

A taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras manteve em 2012 uma tendência decrescente, fixando-se em 19,3%. Relativamente a 2011, a necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu 2,2 p.p. fixando-se em 3,0% do PIB em 2012.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas aumentou, passando de 4,4% do PIB em 2011 para 6,4%, o que refletiu essencialmente a forte redução do saldo das transferências de capital devido à transferência de fundos de pensões de instituições bancárias para as AP ocorrida em 2011. A poupança corrente registou em 2012 um valor menos negativo que em 2011, determinado em grande medida pela redução das despesas com pessoal.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 4º trimestre de 2012. Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de Contas Nacionais – 4º trimestre de 2012

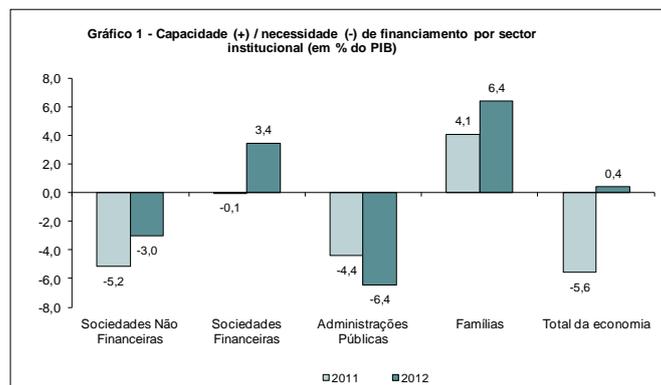
oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE.

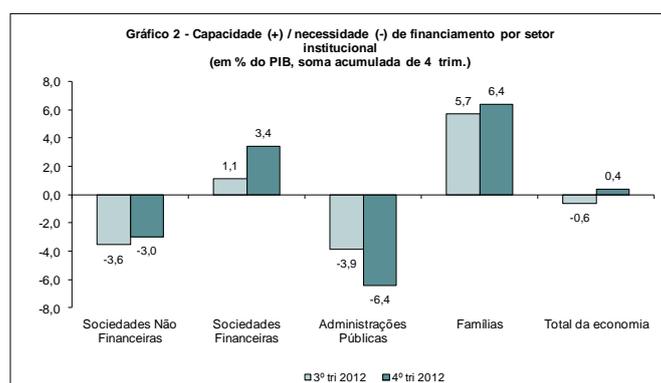
Capacidade de financiamento da economia atinge 0,4% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 0,4% do PIB em 2012, o que compara com a necessidade de financiamento de 5,6% em 2011. Esta evolução deveu-se em larga medida à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários. Note-se que este constituiu o primeiro saldo positivo da atual série de Contas Nacionais Portuguesas disponível desde 1995.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou, passando de 4,4% do PIB em 2011 para 6,4%¹ em 2012. Esta evolução é, em grande medida, explicada pelo impacto muito significativo da transferência de carácter extraordinário de fundos de pensões de instituições bancárias na redução da necessidade de financiamento em 2011, que correspondeu a 3,5% do PIB. Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento representou 6,8% do PIB em 2012, o que compara com uma necessidade de financiamento de 1,2% do PIB no ano anterior (capacidade de 2,3% do PIB, excluindo a transferência de fundos de pensões de instituições bancárias).



Em termos de evolução trimestral, tendo como referência médias móveis de quatro trimestres (mm4), o gráfico seguinte apresenta a comparação entre o 3º e o 4º trimestre de 2012. A melhoria do saldo das Sociedades Financeiras e o agravamento da necessidade de financiamento das AP reflete ainda o efeito base da referida transferência de fundos de pensões de instituições bancárias. Relativamente ao setor das sociedades não financeiras, a necessidade de financiamento fixou-se em 3,0% no 4º trimestre de 2012, diminuindo cerca de 0,6% do PIB relativamente ao ano terminado no trimestre anterior. A capacidade de financiamento das famílias² aumentou 0,7% do PIB, atingindo 6,4% no ano terminado no 4º trimestre.

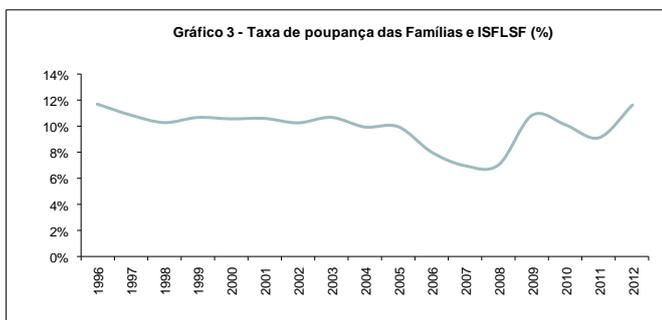


¹ Refira-se que o saldo das AP aqui considerado (B9 SEC) difere ligeiramente do saldo apurado para efeito do procedimento dos défices excessivos (B9 PDE) devido ao diferente tratamento de operações de "swaps".

² Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

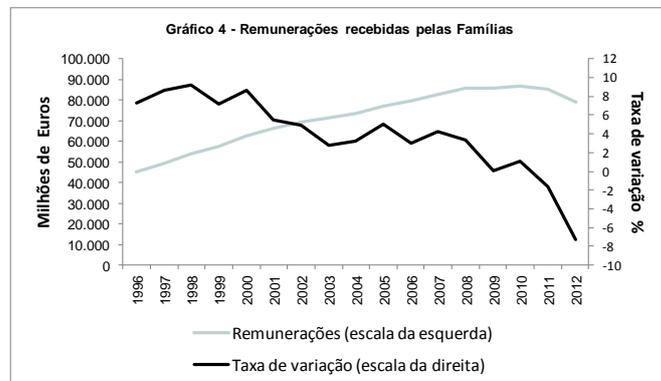
Famílias: taxa de poupança aumentou para 11,6% do rendimento disponível em 2012

A capacidade de financiamento das famílias aumentou em 2012, passando de 4,1% do PIB em 2011 para 6,4%. Este aumento resultou do comportamento da poupança corrente, que aumentou 26,2% em 2012. Efetivamente, a taxa de poupança das Famílias fixou-se em 11,6% do respetivo rendimento disponível em 2012 (9,1% em 2011), que corresponde ao valor mais elevado da atual série de contas trimestrais por setor institucional iniciada em 1999. Este aumento da taxa de poupança tem subjacente uma redução de 0,9% do rendimento disponível em 2012, que foi mais que compensada pela acentuada diminuição da despesa de consumo final (taxa de variação de -3,7% em 2012).



A redução do rendimento disponível em 2012 foi determinada sobretudo pelo comportamento das remunerações recebidas pelas famílias, que diminuíram 7,2% em 2012 (variação de -1,6% em 2011). O aumento do saldo das contribuições e prestações sociais e o aumento do saldo de rendimentos de propriedade permitiu atenuar o impacto da redução das remunerações no rendimento disponível. A capacidade de financiamento das famílias aumentou para 6,4% do PIB (superior em 2,3% do PIB comparativamente com 2011), devido sobretudo ao aumento da poupança

corrente e à redução do investimento (que passou de uma variação de -7,2% em 2011 para -9,1% em 2012).



Em termos de evolução trimestral, a capacidade de financiamento das famílias passou de 5,7% do PIB no ano terminado no 3º trimestre para 6,4% no ano terminado no trimestre seguinte. Este aumento foi devido à evolução favorável da poupança, que aumentou 7,4% no 4º trimestre de 2012 relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, uma vez que o investimento das famílias se manteve praticamente inalterado relativamente ao trimestre anterior (taxa de variação de -0,1%).

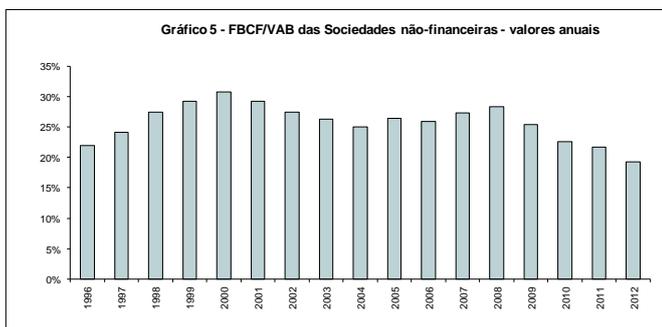
A despesa de consumo final das famílias registou uma taxa de variação negativa de 1,0% no ano acabado no 4º trimestre de 2012, igual à observada para o ano terminado no trimestre anterior, o que determinou o aumento já referido da poupança pois o rendimento disponível diminuiu apenas ligeiramente (variação de -0,1%). A redução de 2,8% nas remunerações recebidas pelas famílias no ano terminado no 4º trimestre foi atenuada sobretudo pelo saldo positivo dos rendimentos de propriedade, que aumentou 7,1% no ano terminado no 4º trimestre de 2012 (variação de 4,7% no trimestre anterior). Associada à redução das remunerações, observou-se ainda uma diminuição de

8,1% do imposto sobre o rendimento pago pelas Famílias (variação de -1,6% no trimestre anterior).

Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento de 19,3% em 2012

Relativamente a 2011, a necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu 2,2 p.p. fixando-se em 3,0% do PIB em 2012.

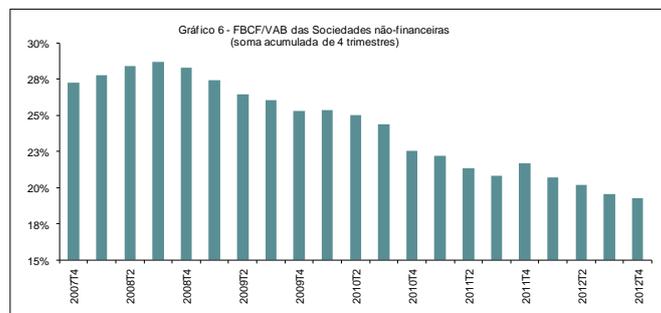
A diminuição da necessidade de financiamento refletiu sobretudo a redução de 12,4% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2012 (variação de -4,4% em 2011). Assim, a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do setor) manteve uma trajetória decrescente, atingindo 19,3% em 2012 (21,7% em 2011).



Destaque-se ainda o aumento da poupança corrente das Sociedades Não Financeiras em 2012, determinado sobretudo pela redução dos impostos correntes sobre o rendimento.

Em termos trimestrais, a necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu, passando de 3,6% do PIB no ano terminado no 3º trimestre para 3,0% no 4º trimestre.

Entre o ano terminado no 3º trimestre e no 4º trimestre de 2012, a taxa de investimento diminuiu 0,2 p.p. (ver gráfico seguinte).



Sociedades Financeiras: aumento da poupança corrente

Em 2012, o setor das Sociedades Financeiras registou uma capacidade de financiamento de 3,4% do PIB (necessidade de financiamento de 0,1% em 2011). Esta melhoria refletiu o efeito base da transferência de fundos de pensões de instituições bancárias para a segurança social. A poupança corrente deste setor, que não é afetada por aquela transferência, registou em 2012 uma diminuição de 3,3%. Este comportamento foi determinado pela redução do valor acrescentado bruto do setor (taxa de variação de -7,9%) e pelo aumento dos impostos correntes sobre o rendimento, parcialmente compensados pelo aumento do saldo dos rendimentos de propriedade.

Em termos de evolução trimestral (mm4), as Sociedades Financeiras apresentaram uma capacidade de financiamento de 1,1% e de 3,4% do PIB, no 3º e no 4º trimestre de 2012, respetivamente. Esta evolução refletiu essencialmente o efeito base da referida transferência de fundos de pensões. Excluindo esta transferência, a capacidade de financiamento teria

atingido 4,6% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2012.

Setor das Administrações Públicas: déficit aumentou em 2012

Em 2012 a necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas fixou-se em 6,4% do PIB, o que compara com 4,4% observado no ano anterior. Para este aumento do déficit das AP contribuiu essencialmente a forte redução do saldo das transferências de capital, relacionada com a transferência de fundos de pensões de instituições bancárias para as AP que ocorreu em 2011 (ver quadro 1 e 2).

A poupança corrente registou em 2012 um valor menos negativo que o observado em 2011, determinado em grande medida pela redução das despesas de consumo final das AP, onde se destacaram as despesas com pessoal (diminuição de 16,1% em 2012). Contudo esta evolução foi acompanhada ao nível da receita corrente pela redução das receitas fiscais e das receitas com contribuições sociais.

A despesa de capital registou também uma diminuição expressiva, destacando-se o investimento com uma redução de 31,1% em 2012 face ao ano anterior. Refira-se ainda o registo da receita de 372 milhões de euros (0,2% do PIB) do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel (contabilizada na rubrica K2 - Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos, como uma despesa negativa). Com impacto em sentido oposto no saldo de capital das AP são de destacar os aumentos de capital na CGD e na Sagestamo, tratados como transferências de capital das AP em Contas

Nacionais³ no total de 1,5 mil milhões de euros (0,9% do PIB).

No ano acabado no 4º trimestre, a necessidade de financiamento do setor das Administrações Públicas, medida em percentagem do PIB, registou um aumento de 2,5 p.p. em relação ao trimestre anterior. Devido à utilização de valores acumulados de quatro trimestres, aquele resultado traduziu essencialmente o impacto da transferência de fundos de pensões de instituições bancárias para as AP ocorrida no 4º trimestre de 2011. A poupança corrente foi menos negativa, passando de -8,6 mil milhões de euros no ano terminado no 3º trimestre de 2012 para -7,7 mil milhões no trimestre seguinte, em larga medida associada à redução das despesas de consumo final.

³ Ver destaque relativo à notificação do Procedimento dos Défices Excessivos também hoje publicado.

Quadro 1: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁵ euros

	2011T1	2011T2	2011T3	2011T4	2012T1	2012T2	2012T3	2012T4
Receitas totais	72.707,6	72.750,5	73.446,4	76.934,0	76.586,8	76.150,7	75.251,6	67.794,2
Receita corrente	67.747,4	67.785,6	68.504,3	69.292,9	68.962,9	68.293,9	67.282,5	65.624,2
Impostos sobre o rendimento e património	15.747,2	15.625,8	16.076,3	16.962,6	16.851,1	16.912,1	16.301,5	15.291,3
Impostos sobre a produção e importação	23.140,4	23.400,5	23.556,3	23.389,8	23.059,6	22.838,0	22.554,8	22.522,4
Contribuições sociais	21.211,0	21.216,8	21.169,5	20.928,6	20.747,1	20.201,0	19.816,4	19.230,4
Vendas	4.431,5	4.428,5	4.425,1	4.431,6	4.487,0	4.618,6	4.699,9	4.561,5
Outras receitas correntes	3.217,4	3.115,9	3.277,0	3.580,5	3.818,1	3.724,2	3.910,0	4.018,6
Receitas de capital	4.960,1	4.965,0	4.942,1	7.641,0	7.623,9	7.856,8	7.969,1	2.170,0
Despesas totais	89.048,4	88.117,5	87.269,3	84.458,0	84.248,4	83.018,7	81.779,5	78.418,6
Despesa corrente	78.977,4	78.457,2	78.001,5	77.621,5	77.726,4	76.510,9	75.929,6	73.372,8
Prestações sociais	37.819,8	37.578,4	37.455,5	37.624,9	37.965,6	38.156,4	37.839,5	37.355,2
Despesas com pessoal	20.850,3	20.428,4	19.961,7	19.438,4	19.095,2	17.785,3	17.516,8	16.308,9
Juros	5.254,2	5.755,8	6.360,5	6.919,0	7.262,0	7.422,2	7.421,5	7.293,7
Consumo intermédio	8.985,4	8.550,1	8.372,5	8.039,2	8.077,0	7.873,2	7.906,2	7.535,7
Subsídios	1.268,3	1.216,3	1.139,3	1.187,6	1.080,8	1.073,9	1.072,7	1.038,8
Outra despesa corrente	4.799,4	4.900,2	4.711,9	4.412,5	4.245,8	4.200,0	4.172,9	3.840,6
Despesa de capital	10.071,0	9.660,3	9.267,8	6.836,5	6.522,0	6.507,8	5.849,9	5.045,8
Investimento ⁽¹⁾	6.365,8	6.366,0	6.070,0	4.406,0	4.418,6	3.782,0	3.130,2	2.681,4
Outra despesa de capital	3.705,2	3.294,3	3.197,8	2.430,5	2.103,4	2.725,7	2.719,7	2.364,3
Saldo corrente	-11.229,9	-10.671,6	-9.497,3	-8.326,6	-8.763,5	-8.217,0	-8.647,1	-7.748,6
Saldo total	-16.340,8	-15.366,9	-13.823,0	-7.524,0	-7.661,6	-6.868,0	-6.527,9	-10.624,3
<i>Por Memória:</i>								
Despesa corrente primária	73.723,16	72.671,46	71.640,99	70.702,57	70.464,43	69.088,78	68.508,14	66.079,05
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	172.856,00	172.673,40	172.001,70	171.064,80	170.786,20	168.706,40	167.601,30	165.409,20
Défice em % PIB	-9,5%	-8,9%	-8,0%	-4,4%	-4,5%	-4,1%	-3,9%	-6,4%

Quadro 2: Taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2011T1	2011T2	2011T3	2011T4	2012T1	2012T2	2012T3	2012T4
Receitas totais	1,0	0,1	1,0	4,7	-0,5	-0,6	-1,2	-9,9
Receita corrente	1,0	0,1	1,1	1,2	-0,5	-1,0	-1,5	-2,5
Impostos sobre o rendimento e património	3,4	-0,8	2,9	5,5	-0,7	0,4	-3,6	-6,2
Impostos sobre a produção e importação	0,4	1,1	0,7	-0,7	-1,4	-1,0	-1,2	-0,1
Contribuições sociais	-0,3	0,0	-0,2	-1,1	-0,9	-2,6	-1,9	-3,0
Vendas	1,7	-0,1	0,0	0,1	1,3	2,9	1,8	-2,9
Outras receitas correntes	0,8	-3,2	5,2	9,3	6,6	-2,5	5,0	2,8
Receitas de capital	1,0	0,1	-0,5	54,6	-0,2	3,1	1,4	-72,8
Despesas totais	0,0	-1,0	-1,0	-3,2	-0,2	-1,5	-1,5	-4,1
Despesa corrente	-0,2	-0,7	-0,6	-0,5	0,1	-1,6	-0,8	-3,4
Prestações sociais	-0,3	-0,6	-0,3	0,5	0,9	0,5	-0,8	-1,3
Despesas com pessoal	-1,5	-2,0	-2,3	-2,6	-1,8	-6,9	-1,5	-6,9
Juros	7,3	10,1	9,9	8,8	5,0	2,2	0,0	-1,7
Consumo intermédio	0,5	-4,8	-2,1	-4,0	0,5	-2,5	0,4	-4,7
Subsídios	-1,1	-4,1	-6,3	4,2	-9,0	-0,6	-0,1	-3,2
Outra despesa corrente	-1,8	2,1	-3,8	-6,4	-3,8	-1,1	-0,6	-8,0
Despesa de capital	1,7	-4,1	-4,1	-26,2	-4,6	-0,2	-10,1	-13,7
Investimento ⁽¹⁾	-3,2	0,0	-4,6	-27,4	0,3	-14,4	-17,2	-14,3
Outra despesa de capital	11,4	-11,1	-2,9	-24,0	-13,5	29,6	-0,2	-13,1

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 3: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas

	2011		2012		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	76.934,0	45,0	67.794,2	41,0	-11,9
Receita corrente	69.292,9	40,5	65.624,2	39,7	-5,3
Impostos sobre o rendimento e património	16.962,6	9,9	15.291,3	9,2	-9,9
Impostos sobre a produção e importação	23.389,8	13,7	22.522,4	13,6	-3,7
Contribuições sociais	20.928,6	12,2	19.230,4	11,6	-8,1
Vendas	4.431,6	2,6	4.561,5	2,8	2,9
Outras receitas correntes	3.580,5	2,1	4.018,6	2,4	12,2
Receitas de capital	7.641,0	4,5	2.170,0	1,3	-71,6
Despesas totais	84.458,0	49,4	78.418,6	47,4	-7,2
Despesa corrente	77.621,5	45,4	73.372,8	44,4	-5,5
Prestações sociais	37.624,9	22,0	37.355,2	22,6	-0,7
Despesas com pessoal	19.438,4	11,4	16.308,9	9,9	-16,1
Juros	6.919,0	4,0	7.293,7	4,4	5,4
Consumo intermédio	8.039,2	4,7	7.535,7	4,6	-6,3
Subsídios	1.187,6	0,7	1.038,8	0,6	-12,5
Outra despesa corrente	4.412,5	2,6	3.840,6	2,3	-13,0
Despesa de capital	6.836,5	4,0	5.045,8	3,1	-26,2
Investimento ⁽¹⁾	4.406,0	2,6	2.681,4	1,6	-39,1
Outra despesa de capital	2.430,5	1,4	2.364,3	1,4	-2,7
Saldo corrente	-8.328,6	-4,9	-7.748,6	-4,7	
Saldo total	-7.524,0	-4,4	-10.624,3	-6,4	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

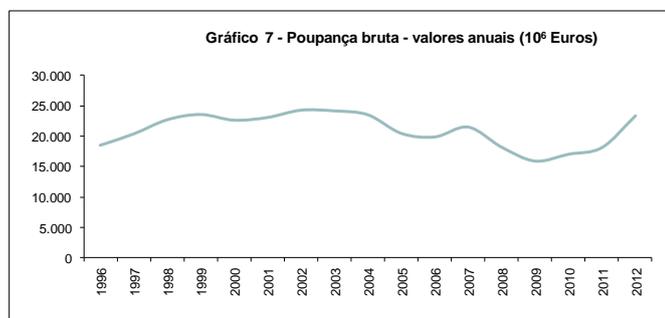
Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto diminui 2,1% em 2012

Em 2012, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, uma taxa de variação de -2,1%, superior ainda assim em 1,2 p.p. à taxa de variação do PIB, refletindo o saldo menos negativo dos rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior. Os rendimentos primários recebidos e pagos ao exterior registaram diminuições de 19,3% e 24,7% em 2012, respetivamente.

Ano	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação (%)	milhões de euros	taxa de variação (%)	milhões de euros	taxa de variação (%)
1996	93 216	6,1	93 213	5,9	95 789	5,6
1997	101 146	8,5	100 523	7,8	103 164	7,7
1998	110 377	9,1	109 539	9,0	112 213	8,8
1999	118 661	7,5	117 489	7,3	120 356	7,3
2000	127 317	7,3	124 682	6,1	127 690	6,1
2001	134 471	5,6	131 037	5,1	133 998	4,9
2002	140 567	4,5	138 321	5,6	140 273	4,7
2003	143 472	2,1	142 089	2,7	143 633	2,4
2004	149 313	4,1	147 723	4,0	149 389	4,0
2005	154 269	3,3	151 981	2,9	152 879	2,3
2006	160 855	4,3	155 999	2,6	157 572	3,1
2007	169 319	5,3	163 946	5,1	165 658	5,1
2008	171 983	1,6	165 836	1,2	167 636	1,2
2009	168 529	-2,0	161 665	-2,5	162 825	-2,9
2010	172 860	2,6	166 934	3,3	168 297	3,4
2011	171 065	-1,0	164 620	-1,4	166 155	-1,3
2012	165 409	-3,3	161 232	-2,1	163 142	-1,8

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação de -1,8% em 2012. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP)

registou um decréscimo de 5,6%, o que determinou um aumento de 28,8% da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.

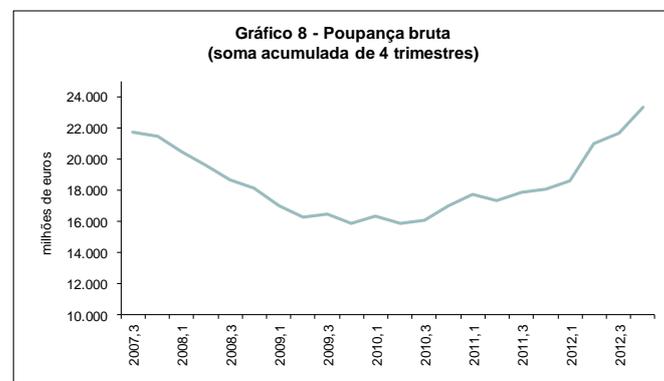


A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 13,3% em 2012 (variação de -12,7% em 2011). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram uma capacidade de financiamento da economia de 0,4% do PIB em 2012 (necessidade de financiamento de 5,6% do PIB em 2011).

Ano	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade de liquida de financiamento
1996	19,8	2,2	24,2	-2,2
1997	20,1	2,7	26,2	-3,5
1998	20,5	2,3	28,1	-5,3
1999	19,8	2,3	28,7	-6,6
2000	17,7	1,5	28,4	-9,2
2001	17,1	1,6	27,7	-9,0
2002	17,2	1,8	25,7	-6,7
2003	16,8	2,3	23,5	-4,4
2004	15,7	1,7	24,0	-6,5
2005	13,2	1,4	23,5	-8,8
2006	12,3	1,3	23,0	-9,5
2007	12,7	1,1	22,7	-8,9
2008	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010	9,8	1,4	20,2	-9,0
2011	10,6	1,6	17,7	-5,6
2012	14,1	2,2	15,9	0,4

Em termos de evolução trimestral (mm4), o Rendimento Disponível Bruto da nação diminuiu 0,6% no ano terminado no 4º trimestre de 2012, registando uma taxa de variação superior em 0,2 p.p. à do RNB. A despesa de consumo final da economia (que engloba a despesa de consumo final das Famílias e das Administrações Públicas) diminuiu 1,9%, determinando um aumento de 7,4% da poupança bruta corrente da

economia no 4º trimestre de 2012 (variação de 3,2% no ano acabado no trimestre anterior).



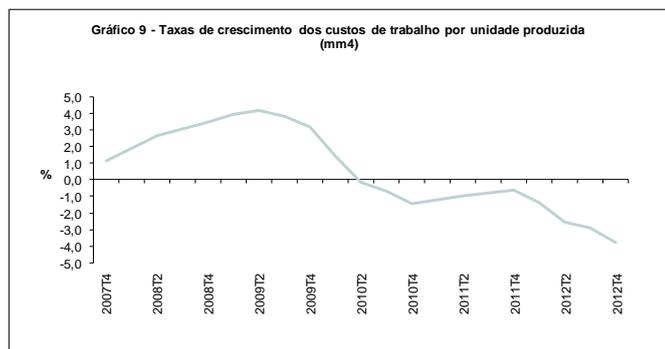
A FBC registou uma diminuição de 0,2% relativamente ao ano terminado no 3º trimestre de 2012. Esta redução da FBC, conjugada com o referido aumento da poupança bruta corrente, determinaram a passagem de uma necessidade de financiamento de 0,6% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2012 para uma capacidade de financiamento de 0,4% no trimestre seguinte.

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP): variação negativa no 4º trimestre de 2012

Em 2012, a remuneração média⁴ registou uma redução de 2,7% (variações de -1,4% no ano acabado no 3º trimestre e de -0,7% em 2011). Esta evolução refletiu em larga medida a diminuição das despesas com remunerações do setor das AP (-16,1% em 2012).

A diminuição da remuneração média, associada a uma melhoria da produtividade, determinou uma variação mais negativa dos CTUP em 2012, que se fixou em -3,8% (variações de -2,8% no ano acabado no 3º trimestre e -0,7% em 2011).

⁴ Remuneração por trabalhador.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2012, é de destacar:

- (i) A incorporação da informação referente ao setor das AP preparada no âmbito da notificação do Procedimento dos Défices Excessivos;

- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver “Destaque” de 11 de março passado);
- (iii) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente das estatísticas da Balança de Pagamentos e sobretudo no que respeita aos fluxos de rendimentos de propriedade com o exterior. Esta revisão teve impacto sobretudo na distribuição trimestral destes fluxos em 2011.



Nota metodológica

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 4º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como a razão entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.